

A LUTA POR LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA CHINA: uma análise crítica do engajamento estadunidense à luz do engodo Google x China

Pedro Lara de Arruda*

35

No início de 2010 a empresa californiana GOOGLE Inc., líder mundial em mecanismos de busca virtual e outros serviços digitais, anunciou que abriria mão do mercado Chinês, um dos maiores do mundo. A declaração, da qual a Companhia voltou atrás poucos dias depois, fora motivada por uma invasão de contas de e-mail da Google, supostamente pertencentes a ativistas pró-direitos humanos, críticos do governo chinês e, principalmente, simpatizantes dos manifestos levados a cabo por tibetanos. Esta violação teria ocorrido justamente por ocasião da visita do presidente estadunidense, Barack Obama, ao líder religioso tibetano e Nobel da Paz, Dalai Lama, que reivindica maior liberdade tibetana frente o jugo chinês. Na ocasião, a corporação estadunidense também admitiu que sua saída seria um ato contra a supressão dos direitos de liberdade na China, o que, no campo virtual, ficava evidente por um dos sistemas de controle e censura virtual dos mais avançados do mundo, chamado de 金盾工程– Great Firewall ou Golden Shield Project.

Imediatamente após as denúncias da Google o governo chinês declarou sem maiores explicações que não havia sido um ataque de estado ao sistema Google e que, no caso das restrições impostas pelo Great Firewall, se tratavam de leis chinesas com as quais a Google tinha concordado desde o início de sua atuação no país. Pois bem, presumivelmente, poderíamos concluir que o

*Mestrando em Relações Internacionais pela universidade indiana Jawaharlal Nehru University (JNU), pós-graduando (*latu sensu*) pela Indian Federation of United Nation Associations (IFUNA) e graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB), Pedro é co-coordenador de estudos sobre Índia no Centro Argentino de Estudos Internacionales (CAEI), pesquisador-colaborador do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL-UnB), do Núcleo de Estudos Asiáticos da Universidade de Brasília (NEASIA) e do Laboratório de Estudos da Ásia da Universidade de São Paulo (LEA-USP).

próximo passo da Google seria, portanto, cumprir sua promessa e abandonar a China. Como se viu, não foi exatamente isso que aconteceu. Embora essa possibilidade ainda paire no ar, o fato é que a Google adotou um discurso bem mais ameno e, inclusive, tratou de recuperar as parcerias que se afastaram após o anúncio do fechamento de seu escritório em Pequim.

Ao contrário do que se lê nas românticas declarações emitidas pela Google desde então, o fato é que essa abrupta mudança de comportamento parece dever-se muito mais a interesses corporativos do que ao afeto da empresa pela liberdade de expressão. Aliás, basta lembrar que as absurdas restrições do governo chinês, que incluíam censura a buscas envolvendo as palavras *Tiananmen*, *Tibet*, *Falun Gong*, *Dictatorship*, e até mesmo *Playboy*, *Eroticism* e *Evil*, dentre outros tantos absurdos (INFORMATION IS BEAUTIFUL.NET, 2010), não impediram que a gigante californiana apertasse as mãos sujas de Hu Jintau.

36

Presumivelmente, um dos reais motivos que seguram a Google na China diz respeito às conseqüências imediatas de uma tal retirada para os interesses econômicos da corporação. Ainda que muitos analistas destaquem a diminuta parcela do mercado chinês que usa o Google como ferramenta de busca na internet, cerca de 35% (ALEXA, 2010a), o fato é que tal porcentagem pode representar ganhos absolutos muito maiores do que se imagina, sobretudo quando se trata da maior população do planeta, cujos meros 27,1% que tem acesso à internet já representam um total de 360 milhões de internautas, ou seja, 60 milhões a mais do que a estimativa do total de habitantes estadunidenses em 2010. Por isso, a reduzida atuação relativa do Google neste país, que alcança apenas 35% da população de internautas (MAX, 2010), sendo o Google apenas o 3º site mais visitado do país (ALEXA, 2010a), esconde na verdade um mercado de 90 milhões de usuários, o que é, por exemplo, maior do que os 66,3 milhões de usuários do Brasil (IBOPE, 2010), país com a 9ª maior população de internautas do mundo (AKAMAI, 2010).

Ademais, um fechamento do escritório chinês seria subtrair-se a chance de abocanhar parcelas muito maiores desse mercado, tanto pela competição

direta com o Baidu, maior ferramenta de busca na China, quanto pela natural expansão da população de internautas chineses, o que acontece num ritmo acelerado em que 96% das cidades e vilarejos já possuem sinal de internet.

Analistas estimam que os ganhos trimestrais da Google na China são da ordem de US\$ 150 milhões, ou seja, cerca de 2,5% do faturamento anual total da companhia (ESTADÃO, 2010; MENDES, 2010). Contudo, há que se ponderar que a empresa não divulga balancetes, portanto, esses dados são meras estimativas de analistas e pessoal ligado à empresa. De qualquer forma, esses 2,5% do montante global da Google que se devem à atuação na China não devem ser menosprezados. Trata-se, por exemplo, de um arrecadamento maior do que o observado no Brasil, país que, a exemplo da maioria dos Estados Intermediários, já se apresenta um mercado consumidor de internautas quase que saturado, onde a Google já é a líder disparada de acessos (ALEXA, 2010b; 2010c).

37

Dessa forma, a permanência da Google deve ser compreendida pela ótica dos ganhos econômicos advindos dos acessos à ‘google.ch’, mas também em função do potencial de expansão desse sítio virtual junto ao mercado chinês que, por sua vez, também apresenta um vasto potencial de expansão. A esse respeito, há que se considerar ainda o potencial de expansão dos serviços associados ao site ‘google.ch’, como, por exemplo, os acessos às versões do Google de outros países, como o ‘google.com’ (versão estadunidense do buscador, mas cujo uso é global), que, a propósito, ocupa o 6º lugar entre os sites mais visitados na China. Da mesma forma, poderíamos apontar a quantidade de produtos, como contas de email, sites de relacionamento e bate-papo, tradutores e uma vasta gama de outros serviços que perderiam o direito de serem oferecidos na rede chinesa caso a Google fechasse seu escritório em Pequim. Assim, não há como precisar o montante total do faturamento da Google que se deve à oferta de seus serviços na China, contudo, não há dúvida que essa quantia é bem maior do que os ganhos advindos meramente da ‘google.ch’.

Ademais o setor de Pesquisa e Tecnologia da Google está fortemente alicerçado em Beijing, onde cerca de 600 funcionários se divide entre escritórios de Advertisement Sellers, dois centros de pesquisa e desenvolvimento e uma vasta gama de engenheiros à frente de novos projetos da companhia, como a plataforma Android para celulares. Desta forma, uma saída da China demandaria a realocação do parque de Pesquisa e Desenvolvimento, causando atrasos e retrocessos em muitos projetos, bem como constringendo o departamento de Recursos Humanos com o inconveniente de demissões massivas (LEE, 2010). Em médio prazo, analistas apontam que o rombo para o setor de Pesquisa e Desenvolvimento só não seria maior que para o setor de Recursos Humanos, o qual estaria proibido de contratar mão-de-obra chinesa se a empresa não atuasse mais no país. Uma tal impossibilidade iria radicalmente na contramão das tendências de contratação transnacional, podendo vir a prejudicar o desempenho da empresa. Recentemente a pesquisa “Working Beyond Borders” (2010), desenvolvida a pedido da IBM, mostrou que China e Índia detêm as maiores intenções de recrutamento até 2013, sendo que a China sozinha responde por um total de 40% destas intenções (WORKING BEYOND BORDERS, 2010). Ficar fora deste mercado implicaria à Google perder a possibilidade de acesso a uma mão de obra que, ao que tudo indica, será amplamente utilizada por outras transnacionais, incluindo concorrentes diretas, como a AOL, Yahoo e outras. Dessa forma, o não acesso a uma potencial mão de obra Chinesa poderia gerar o que se chama de “potencial desvantagem relativa”.

Um outro motivo razoável para se compreender a mudança de atitude da Google refere-se ao fato de que, aparentemente, ela tinha meios de promover críticas à política chinesa sem se desgastar de forma direta. Numa coincidência pelo menos estranha, o tom das reivindicações e acusações da Google foi ficando cada vez mais amenas à medida que o governo estadunidense fez desse incidente um verdadeiro problema de estado, que chegou a ser energicamente reivindicado pela Secretária de Estado, Hilary Clinton (BBC, 2010). Seria natural esperarmos o engajamento desse país na

defesa da liberdade de expressão e direitos humanos, exceto pelo fato de que essas são questões cujo valor só é levado em conta pela Casa Branca quando mascaram interesses mais egoístas, como no caso da Guerra Contra o Terror e a expansão da democracia, que instrumentalizaram interesses econômicos e políticos de Washington ao redor do globo. Assim, a ditadura de Hussein só se tornou uma ameaça quando os interesses estadunidense assim o quiseram, o Talibã só se configurou como terrorista após o ataque às torres gêmeas, dentre uma série de outros exemplo que poderíamos citar.

Nessa lógica, a pergunta natural seria; qual é, afinal, o interesse estadunidense em promover a liberdade de expressão na China agora? Sabemos que violações de privacidade semelhantes ocorrem há décadas, sabemos inclusive que atentados mais violentos à liberdade individual já foram cometidos pelo Partido Comunista Chinês, como no caso da prisão dos ciberativistas; Du Daobin, em 2004 e 2008 (ILASCU, 2008); Hu Jia, preso por manter redes sociais virtuais em favor dos Direitos Humanos, em 2008 (BBC, 2008); além do jornalista independente Huang Qi, preso em 2008 por relatar a destruição causada pelo terremoto que atingiu sua província nesta data (KENNEDY, 2008). Não é segredo também que contas de email são sistematicamente vigiadas pelo governo, motivo pelo qual as iniciativas de dissidência raramente conseguem se organizar sem serem desmanteladas. Por isso, é mais do que natural nos perguntarmos, porque a Casa Branca não se manifestou a esse respeito em outras ocasiões? Por que, afinal, os diversos Secretários e Secretárias de Estado nunca antes desferiram seus discursos contra a política de repressão chinesa?

Aparentemente, o surto atual de justiça nos discursos que ecoam de Washington é, na verdade, fruto de uma aliança tácita entre o Tio Sam e seus *Enfants Terribles*, as grandes corporações internacionais, neste caso, a Google Inc. Esta hipótese, que pode parecer presunçosa a princípio, na verdade é apenas mais um capítulo na história da diplomacia, ou guerra empresarial estadunidense. Sob uma leitura atenta dos fatos, a proteção do interesse de

suas empresas no exterior parece ser a grande fonte de inspiração para o engajamento internacional estadunidense.

Podemos pensar que foi no interesse de empresas agrícolas como a Down Chemical Company, Shell Chemical, AMVAC Chemical, Dole Fruit Company e United Fruit Company que se promoveu a desestabilização da Nicarágua, nas décadas de 70 e 80, além de outros casos semelhantes em que a ordem social latino-americana foi destruída em favor de “repúblicas das bananas” que servissem aos interesses da Revolução Verde (CHOMSKY, 2004).

Não há como não notar os benefícios que a Guerra do Iraque gerou para uma gama de empresas estadunidenses como: a construtora Haliburton, a Veritas capital Fund/ Dyn Corp, a Washington Group International, a Environmental Chemical, a Aegis, a International American Products, a Erinys, a ‘A Fluor’, a Perini Corporation, a URS Corporation, a Parsons, a First kuwaiti General Trading and Contracting, a Armor Holdings, a L3 Communication, a AM General, a Cummins, Merchant Bridge, a Global Risk Strategies, a Control Risks, a Caci, a ‘A Bechtel’, a Custer Battles, a General Dynamics, dentre outras (BUSINESSPUNDIT.COM, 2008).

40

Dessa forma, não haveria porque nos chocarmos diante duma tal analogia entre esses exemplos e o atual caso chinês, exceto, é claro, pelo fato de que o atual impasse com a China se deve ao interesse de apenas uma empresa sendo contemplada pela política externa de Washington e, portanto, fica um pouco mais difícil para a maior agência publicitária do mundo – a Casa Branca -, disfarçar o *lobbismo* que move sua política externa. Afinal, é mais simples invocar o ‘interesse nacional’ ou os ‘valores democr[aticos]’ quando se governa em favor de uma massa amorfa de corporações e conglomerados empresariais, pois, nesse caso, a estética irreconhecível dos atores em questão pode ser manipulada para passar-se por outra coletividade de formato pouco claro, o povo.

Com isso, não propomos simplesmente aceitar as violações que ocorrem na China, contudo, destacamos que a situação exige soluções mais inteligentes do que simplesmente aceitarmos a imposição de uma estabilidade

hegemônica (KEOHANE, 2005), o que por si só atenta contra os tão mal-utilizados valores da justiça, da liberdade e dos direitos humanos, sobretudo quando notamos que há uma forte veia empresarial por trás das políticas de estado de Washington. Dessa forma, acatar o palavrório humanitário de Hilary Clinton não é, de forma alguma, um posicionamento em favor dos direitos civis chineses, os quais estariam sendo cruelmente lesados caso tivessem de ser estabelecidos com base numa diplomacia decidida nos escritórios da Google Inc. Não é razoável aceitarmos uma vez mais que os parâmetros de justiça e liberdade sejam fruto do pensamento bipolar de Washington e dos interesses escusos de corporações transnacionais desse país. As ditaduras militares latino-americanas, o talibã e líderes como Saddam Hussein foram todos produtos dessa exportação de democracia de baixa qualidade, imposta pela Casa Branca e fabricada por empresas internacionais. Portanto, não aceitemos uma versão USA de liberdade de expressão para a China, não desperdicemos nossa solidariedade e esperança na ação auto-interessado dos EUA sobre a matéria. Melhor seria reverberar os gritos das verdadeiras dissidências chinesas, como o movimento encabeçado desde 2006 pelo ciberativista Chen Yongmiao (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2006), ou a tentativa de inserção de projetos globais de mídia independente como o Indymedia, do que simplesmente repetir o jogral alienante da Casa Branca e da Google. Quem sabe assim o estabelecimento da liberdade de expressão na China alcance um escopo mais amplo e positivo do que o simples respeito aos interesses de uma dada empresa.

REFERÊNCIAS

AKAMAI. *The state of the internet*. Disponível em: [<http://www.akamai.com/stateoftheinternet/>]. Acesso em: 18/03/2010.

ALEXA. (2010a). *Top sites in China*. Disponível em: [<http://www.alexa.com/topsites/countries/CN>]. Acesso em: 21/03/2010.

ALEXA. (2010b). *Top sites in Brazil*. Disponível em: [<http://www.alexa.com/topsites/countries/BR>]. Acesso em: 21/03/2010.

ALEXA. (2010c). *Top sites in Brazil*. Disponível em: [<http://www.alexa.com/topsites/global>]. Acesso em: 21/03/2010.

BBC. *China activist formally arrest*. Disponível em: [<http://news.bbc.co.uk/2/hi/asia-pacific/7221491.stm>]. Acessado em: 20/03/2010.

BBC. *Hillary Clinton calls on China to probe Google attack*. Disponível em: [<http://news.bbc.co.uk/2/hi/8472683.stm>]. Acesso em: 19/03/2010.

42

BUSINESSPUNDIT.COM. (2008). *The 25 Most Vicious Iraq War Profiteers*. Disponível em: [<http://www.businesspundit.com/the-25-most-vicious-iraq-war-profiteers/>]. Acessado em: 19/03/2010.

COMSKY, N. *War crimes and imperial fantasies*. Disponível em: [<http://www.chomsky.info/interviews/200408-.htm>]. Acesso em: 18/03/2010.

ESTADÃO. *Ameaçado, Google negocia permanência na China*. Disponível em: [<http://www.estadao.com.br/noticias/tecnologia+link,ameacado-google-negocia-permanencia-na-china,3350,0.shtm>]. Acessado em 18/03/2010.

KENNEDY, J. *China: Bloggers take stand against web activist's arrest*. Disponível em: [<http://globalvoicesonline.org/2008/07/20/china-bloggers-take-stand-against-web-activists-arrest/>]. Acesso em: 19/03/2010.

IBOPE. *Acesso à internet chegou a 66,3 milhões de pessoas em dezembro de 2009*. Disponível em: [<http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=5&proj=PortallIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=Noticias&docid=AA70188ED2F6E8F1832576C70045A089>]. Acesso: 18/03/2010.

ILASCU, D. *Chionese internet activist, arrested*. Disponível em: [<http://news.softpedia.com/news/Chinese-Internet-Activist-Arrested-90620.shtml>]. Acessado em: 20/03/2010.

INFORMATION IS BEAUTIFUL.NET. *What does China censor online?* Disponível em: [<http://www.informationisbeautiful.net/2010/what-does-china-censor-online/>]. Acesso em: 22/03/2010.

KEOHANE, R. (2005). *After Hegemony: Cooperation and discord in the world political economy*. 2. ed. Princeton, NJ: Princeton University Press, p. 290.

LEE, M Q + A *What's next for Google's China Workers?*. In. Reuters. Disponível em: [<http://www.reuters.com/article/2010/03/23/us-google-china-employees-qa-idUSTRE62M14M20100323>]. Acesso em: 07/05/2011.

MAX, W. *O Caso Google na China*. Disponível em: [<http://googlediscovery.com/2010/03/20/o-caso-google-na-china/>]. Acesso em: 20/02/2010.

MENDES, R. *A Google deveria deixar a China?* Disponível em: [<http://googlediscovery.com/2010/03/21/a-google-deveria-deixar-a-china/>]. Acesso em: 18/03/2010.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. *China: Campanha pelo fim das restrições online*. Disponível em: [<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=379MON014>]. Acesso em: 20/03/2010.

WORKING BEYOND BORDERS. *Insights from the Global Chief Human Resource Officer Studies: Executive Summary*. New York, 2010. Disponível em: [<ftp://public.dhe.ibm.com/common/ssi/ecm/en/gbe03363usen/GBE03363USEN.PDF>]. Acesso em: 08/05/2011.